

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM

GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



**Pesca ilegal: novo cenário da rivalidade
estadunidense e chinesa**

ESTE E OUTROS 13 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 173 • 24 de novembro de 2022

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [The Coast Guard \(WAGB 10\)](#)

Por: Petty Officer 3rd Class Michael Clark

Fonte: Flickr

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ -
Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante João Alberto de Araujo Lampert

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos De Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna Soares Corrêa de Souza (UniLaSalle)
José Martins Rodrigues Junior (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Otávio Brasileiro Pires de Camargo (UNESP)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)
Jéssica Pires Barbosa Barreto (EGN)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)
Raphaella da Silva Dias Costa (UFRJ)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Gustavo da Hora (UFRJ)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Júlia Elias Teodoro Santos Pereira (UFRJ)
Luís Filipe de Souza Porto (UFABC)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Adel Bakkour (UFRJ)
Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
Dominique Marques de Souza (UFRJ)
Isadora Novaes dos Santos Bohrer (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Iasmin Gabriele Nascimento dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

Alessandra Dantas Brito (EGN)
Bruno Gonçalves (UFRJ)
Guilherme Novaes Silva Pinto (UFRJ)
Maria Claudia Menezes Leal Nunes (USP)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)



SUMÁRIO

<p>AMÉRICA DO SUL</p> <p>“Paz Total”: possível solução para a instabilidade securitária colombiana 5</p> <p>AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL</p> <p>Pesca ilegal: novo cenário da rivalidade estadunidense e chinesa 6</p> <p>ÁFRICA SUBSAARIANA</p> <p>A presença chinesa no Golfo da Guiné 7</p> <p>Primeiro Mali, agora Burkina Faso: os novos aliados da Rússia na África 8</p> <p>EUROPA</p> <p>A Europa está preparada para a ameaça dos mísseis hipersônicos? 9</p> <p>ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA</p> <p>A falência do Estado libanês 10</p> <p>RÚSSIA & Ex-URSS</p> <p>Conflito Rússia-Ucrânia: o papel do fornecimento de água 11</p> <p>“Prestige”: a ciberameaça russa às infraestruturas críticas europeias 12</p>	<p>LESTE ASIÁTICO</p> <p>O novo mandato de Xi Jinping e seu significado para a segurança e defesa da China 13</p> <p>Aliança nipo-australiana: estreitamento de laços em um ambiente volátil 14</p> <p>SUL DA ÁSIA</p> <p>A cooperação marítima entre Paquistão e China no Oceano Índico 15</p> <p>SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA</p> <p>ASEAN: Cooperação e Segurança Marítima 16</p> <p>ÁRTICO & ANTÁRTICA</p> <p>Cooperação entre argentinos e chineses: a busca pela Antártica 17</p> <p>TEMAS ESPECIAIS</p> <p>Testes de mineração em águas internacionais são conduzidos durante negociações na ISA 18</p> <p>Artigos Selecionados & Notícias de Defesa 19</p> <p>Calendário Geocorrente 19</p> <p>Referências 20</p> <p>Mapa de Riscos 21</p>
---	---

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Luísa Barbosa



Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

“Paz Total”: possível solução para a instabilidade securitária colombiana

Bruna Soares Corrêa de Souza

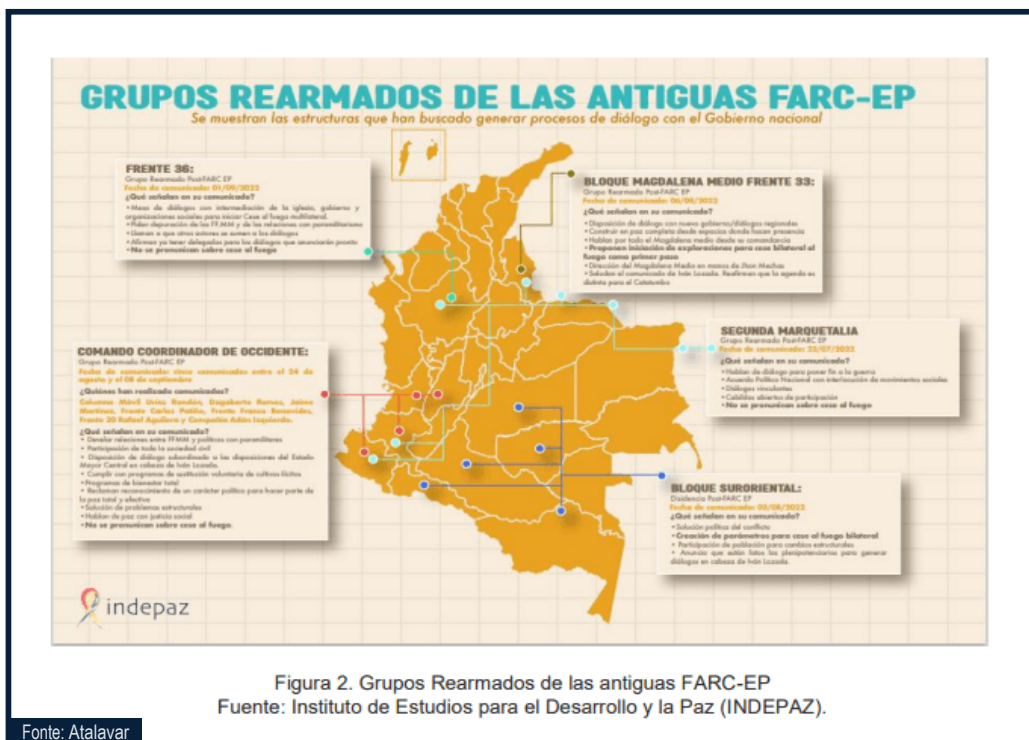
Há décadas, a Colômbia apresenta uma crise securitária estrutural de complexa resolução: grupos guerrilheiros com agenda política, paramilitares, traficantes e criminosos que têm suas atividades ilícitas financiadas pelo narcotráfico. O presidente empossado em agosto de 2022, Gustavo Petro, tem como cerne de sua gestão a busca pela “Paz Total”, projeto que prevê a desmobilização do Exército de Libertação Nacional (ELN) — a guerrilha mais forte do país — e de outros grupos do crime organizado por meio de negociações. De acordo com o *Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz*, existem, atualmente, mais de 90 grupos armados com cerca de 10.000 membros ativos na Colômbia; assim, questiona-se: quais os principais obstáculos aos objetivos securitários do projeto estatal de Petro?

Questões como a desvalorização do peso colombiano, reforma tributária e agrária, escassez de alimentos, desenvolvimento econômico do campo, vulnerabilidade de civis em função de conflitos armados, disputas pelo controle do narcotráfico e política antidrogas estão entre os desafios patentes do primeiro presidente de centro-esquerda da Colômbia. Com esforço concentrado em viabilizar condições institucionais que permitiriam a rendição dos grupos armados à justiça, o governo tem apoio majoritário do Congresso à política de “Paz Total”

visando o progresso das negociações com os grupos armados.

O acordo com pecuaristas para a compra de 3 milhões de hectares, e a redistribuição dessas terras por pequenos agricultores, deverá reduzir as invasões de propriedades, disputas e conflitos no país — maior produtor mundial de cocaína. Cabe ressaltar que o cultivo de coca desencoraja a agricultura tradicional, pondo em risco a economia de subsistência e podendo até mesmo ser uma fonte de insegurança alimentar. Há ainda uma promessa de fortalecimento transnacional entre os Estados Unidos e países sul-americanos para cooperação contra o tráfico de drogas, com foco nas rotas onde operam várias organizações criminosas, principalmente no Pacífico.

Apesar dos avanços das pautas do governo, a Colômbia ainda vivencia instabilidade social, com manifestações esporádicas nas ruas contra o novo presidente. Os manifestantes criticam propostas consideradas polêmicas de Petro, como o aumento dos impostos sobre os mais ricos. Com apenas três meses no comando do país, ainda é cedo para afirmar que o programa de busca pela “Paz Total” de Petro será eficiente, mas já se percebe a disposição do governo em dialogar e propor mudanças para solucionar os problemas complexos da Colômbia.



Pesca ilegal: novo cenário da rivalidade estadunidense e chinesa

Ana Carolina Vaz Farias

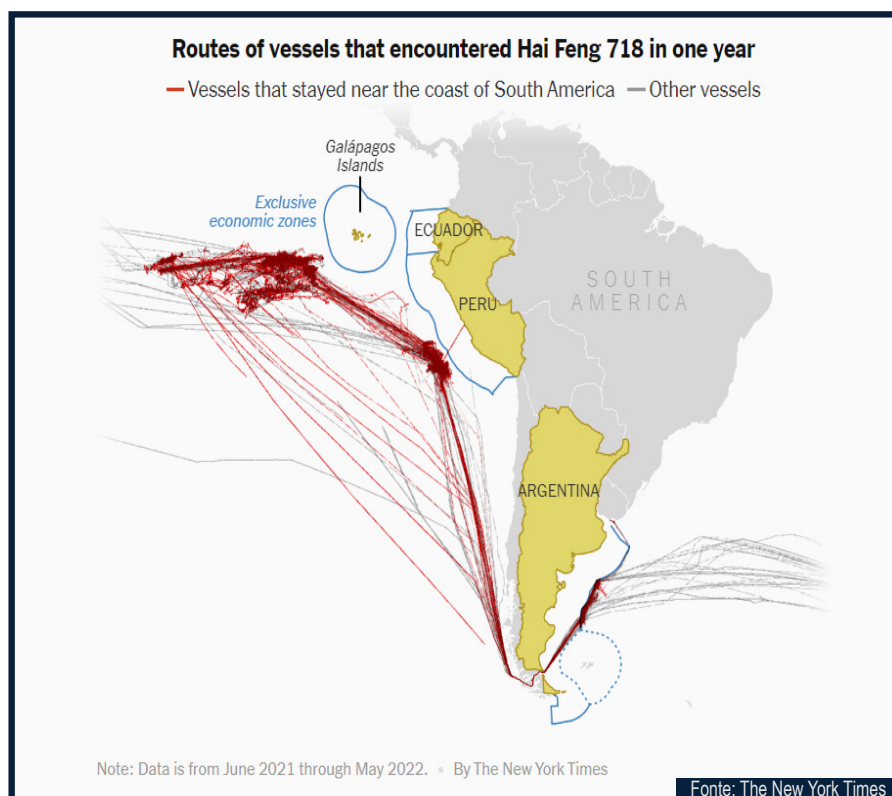
De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a população mundial crescerá em mais de 2 bilhões de pessoas até 2050. Essa tendência estabelecerá uma pressão ao sistema alimentar internacional, ao mesmo tempo em que mais de 90% dos estoques pesqueiros globais já estão totalmente explorados, sobre-explorados ou esgotados. Desse modo, além das consequências ambientais, econômicas e sociais negativas, tal cenário pode promover a intensificação de embates geopolíticos, tendo a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) como ponto crítico no aprofundamento da rivalidade entre os Estados Unidos (EUA) e a China.

Em maio de 2022, o Diálogo de Segurança Quadrilateral, aliança geopolítica entre Austrália, Estados Unidos, Índia e Japão, lançou a Parceria Indo-Pacífico para a Conscientização do Domínio Marítimo, que abrange o Oceano Índico, o Sudeste Asiático e as águas do Sul do Pacífico, visando monitorar e combater atividades criminosas, incluindo a pesca INN. Por conseguinte, entre julho e setembro, a Guarda Costeira estadunidense iniciou uma missão de patrulhamento das águas do Pacífico com o intuito de inspecionar embarcações em busca de indícios de ilegalidades e, durante as primeiras ações no Pacífico oriental, em agosto,

entrou em confronto com uma frota de barcos pesqueiros chineses nas proximidades da costa do Equador.

É estimado que a indústria da pesca ilegal gere, aproximadamente, US\$ 23.5 bilhões anualmente. Conforme um estudo recente publicado pela *Financial Transparency Coalition*, as 10 principais empresas envolvidas na pesca INN são responsáveis por quase um quarto de todos os casos relatados; oito dessas empresas são chinesas. Nas últimas duas décadas, a China incentivou e construiu a maior frota de pesca em águas profundas do mundo, com quase 3.000 navios, que, agora, são atraídos ao mar aberto nas Américas, intensificando as tensões com os EUA.

Portanto, é possível depreender que, com o emprego de sua Guarda Costeira de forma global, os EUA, além de estarem atuando em prol da saúde dos oceanos e a repressão à pesca ilegal, também remarcam sua presença mundial e direcionam para uma estratégia de contenção da China. No entanto, cabe destacar que, diferentemente de Pequim, Washington nunca ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, acordo esse frequentemente descrito como a “Constituição dos Oceanos”, que fornece a principal estrutura para o direito internacional marítimo.



A presença chinesa no Golfo da Guiné

Luísa Barbosa Azevedo

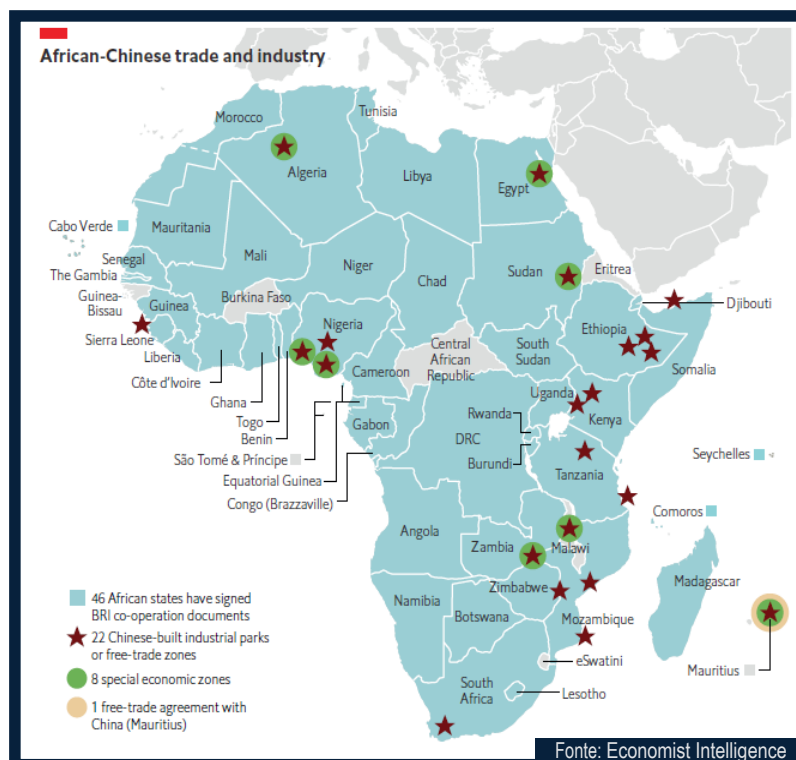
O continente africano é central para estratégia chinesa da *Belt and Road Initiative* (BRI, na sigla em inglês). A presença do país asiático é notável, principalmente no investimento em infraestruturas críticas, como ferrovias, parques industriais, redes de telecomunicações e zonas portuárias. O Golfo da Guiné (GoG, na sigla em inglês), responsável por 25% do comércio marítimo no continente africano, detém a maior concentração desses investimentos na África, com 30 dos 61 projetos. Dessa maneira, como a presença chinesa no GoG articula sua atuação a partir de investimentos na área marítima?

A integração da África à BRI foi oficializada em 2017. Desde então, as relações sino-africanas são essenciais para ambos os lados, em especial no Fórum de Cooperação China-África. Para Pequim, a aproximação pode facilitar o acesso a mercados de exportação e a recursos naturais, como hidrocarbonetos. Ademais, existe ainda a possibilidade de apoio internacional, visto que 28% dos assentos da Assembleia Geral da ONU são ocupados por países africanos. Ainda, o planejamento econômico chinês prioriza os portos como pontos fundamentais ao desenvolvimento, promovendo-os internacionalmente através do subcomponente da BRI, a *21st Century Maritime Silk Road*.

No GoG, existe a crescente influência de empresas chinesas na zona portuária a partir de *joint ventures*, contratos de controle operacional a longo prazo de

terminais portuários e participações acionárias. Entre os investimentos, destacam-se: os portos de águas profundas *Lekki*, na Nigéria e *Lomé*, no Togo; a restauração e expansão do Porto *Bata* na Guiné Equatorial e a construção da estrada Porto *Gentil* de ligação ao principal porto de exportação de petróleo do Gabão. Para além dessas iniciativas, os investimentos chineses são acompanhados pela implementação de infraestrutura marítima, a exemplo da construção de cabos submarinos de fibra óptica pela *Huawei Marine*. Cabe mencionar que o investimento chinês implica no aumento relativo da dívida externa do país receptor, como nos casos de Guiné Equatorial e de Angola. Esse último, embora seja o quinto maior exportador de petróleo para China, tem 5% de seu PIB comprometido em dívida externa com Pequim.

A presença chinesa na expressão portuária do GoG fortalece o acesso econômico, político e diplomático da China ao continente africano. Como maior parceiro comercial, tal aproximação reflete no aumento do fluxo de mercadorias e consolidação de sua política externa. Para o GoG, há o aproveitamento da infraestrutura e a possibilidade de exportação de elementos do modelo chinês para as agendas de desenvolvimento dos países da região, o que não está isento de riscos futuros relacionados ao endividamento africano.



Primeiro Mali, agora Burkina Faso: os novos aliados da Rússia na África

Franco Alencastro

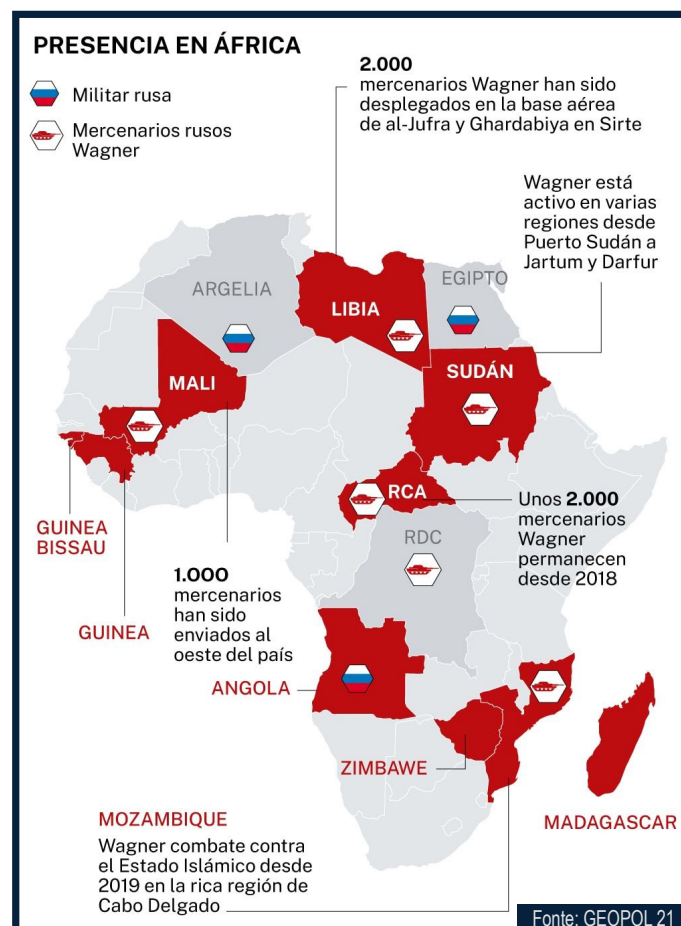
O segundo golpe de Estado no ano de 2022 em Burkina Faso prejudica também a França. O novo governo, liderado pelo Capitão Ibrahim Traoré, anunciou que pretende renegociar os termos de sua relação com a potência europeia e antiga metrópole. Mais do que isso, a mudança política em Burkina Faso pode beneficiar um concorrente estratégico da França: a Rússia.

A crise no país africano pode ser entendida a partir da deterioração da situação securitária no país, iniciada em 2016. Naquele ano, a Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI) protagonizou o primeiro de uma série de atentados em Ouagadougou, capital do país. Esses ataques, que se intensificaram com o passar do tempo diante de uma resposta ineficaz das forças de segurança de Burkina Faso somaram, em 2021, mais de duas mil vítimas, tornando o país um dos maiores focos de violência extremista na África.

A crise de segurança seguiu acompanhada de uma deterioração da imagem da França. Apesar de Paris ter ampliado sua cooperação militar com Burkina Faso a partir de 2013, nas operações de combate ao extremismo no Mali e no Sahel; cresceu na sociedade burkinabé a percepção de que as políticas francesas para a África atrasaram seu desenvolvimento.

O país que tende a se beneficiar desse contexto é a Rússia. Moscou tem atuado de forma proativa para ampliar suas parcerias no continente africano, em um esforço de diversificar suas relações em um momento de crescente isolamento internacional. Foi assim no Mali ([Boletim 158](#)), que no começo desse ano assinou um acordo com o *Wagner Group* — grupo paramilitar privado ligado ao Kremlin — após encerrar sua parceria neste setor com Paris. Em Burkina Faso, o Presidente Traoré já mostrou interesse em ampliar sua cooperação com a Rússia e com o grupo. Ademais, em protestos recentes em frente à embaixada francesa, em Ouagadougou, havia manifestantes com a bandeira russa.

A perda de influência no Mali e em Burkina Faso representa um dos maiores desafios da França na África desde a Guerra Fria (1947-1991). Sendo o terceiro maior produtor de ouro da África e o 12º do mundo, Burkina Faso representa uma aquisição estratégica para o leque de aliados de Moscou no continente. Ao mesmo tempo, o histórico de participação do *Wagner Group* no continente africano não é animador: em 2020, seus combatentes precisaram se retirar de Moçambique após serem derrotados pelos extremistas em Cabo Delgado.



A Europa está preparada para a ameaça dos mísseis hipersônicos?

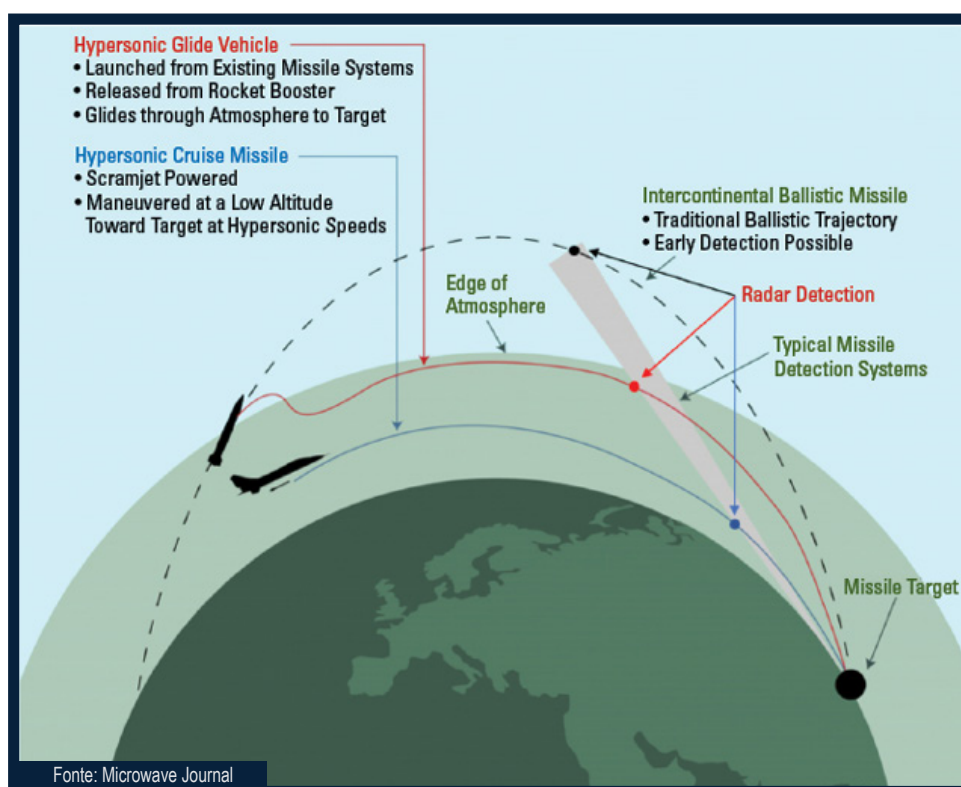
Marina Aufran

Mísseis hipersônicos, termo usado para referenciar aqueles que viajam mais rápido que a velocidade do som, estão em uso há décadas com a criação de mísseis balísticos intercontinentais (MBIC). Com a modernização desse tipo de armamento para possuir capacidade de manobra em meio ao voo, a União Europeia (UE) vem se preocupando com suas competências defensivas diante dessas armas na possibilidade de guerra contra a Rússia. A partir disso, cabe questionar se o bloco europeu está preparado, no atual momento, para lidar com tal ameaça.

Dentre os mísseis hipersônicos não MBIC, existem três tipos: aero-balísticos, veículos planadores e mísseis de cruzeiro. A Rússia possui dois tipos diferentes de míssil: o planador AVANGARD e o aero-balístico *Kinzhal*. Esse último foi supostamente utilizado pela primeira vez no conflito da Ucrânia em março de 2022 ([Boletim 160](#) e [163](#)). Além disso, esse mesmo armamento foi avistado em Belarus com soldados russos em outubro de 2022. O receio da UE deve-se ao fato de que, caso sejam lançados de Minsk, esses mísseis podem atingir qualquer local da Europa, até mesmo no Reino Unido. Porém, vale ressaltar que, em relação à sua capacidade de ataque, até o momento, só foram utilizados para alvos estacionários e ainda não há comprovação de que seriam efetivos para aqueles em movimento.

A principal preocupação é a efetividade dos sistemas de defesa atuais do bloco contra os mísseis hipersônicos. Para interceptá-los, é necessário um sistema de detecção mais avançado do que o usado pela OTAN. A alta velocidade desses veículos normalmente faz com que sejam ignorados pelos radares. Visando atualizar seus sistemas, o projeto *European Hypersonic Defence Interceptor* (EU HYDEF) foi oficialmente financiado pelo Fundo Europeu de Defesa (2021-2027) em julho de 2022. Com o custo de US\$ 113 milhões, o programa irá rodar por 36 meses para construir o plano e protótipo desse interceptor de mísseis hipersônicos, sendo comandado pela empresa espanhola *Sener Aerospacial Sociedad Anónima* e liderada tecnicamente pela alemã *Diehl Defence*.

Portanto, ainda sem uma capacidade de ataque comprovadamente superior a outros mísseis balísticos, os sistemas de defesa da UE não estão preparados para esse tipo de ameaça. Por isso, o bloco já vem fazendo diversas movimentações para atualizar seus sistemas defensivos. Com o conflito na Ucrânia e o crescente sentimento de ameaça russa aos seus territórios, os projetos de interceptores crescem em importância para evitar a utilização por parte da Rússia dos seus mísseis atuais.



A falência do Estado libanês

Vitória França

No último dia 31 de outubro, o Líbano embarcou, mais uma vez, em um futuro político incerto, com o fim do mandato do ex-presidente Michel Aoun (2016-2022). No país mediterrâneo, o presidente é escolhido por uma maioria de dois terços dos 128 assentos do Parlamento. Até a primeira metade de novembro, o Parlamento interino realizou algumas rodadas de votação, mas nenhum candidato obteve apoio suficiente para suceder Aoun. Embora essa não seja a primeira vez que um presidente deixa o cargo no Líbano sem um sucessor, é a primeira vez que o país tem apenas um governo interino — houve eleições parlamentares em maio, mas nenhum governo foi formado — e nenhum Chefe de Estado. Nesse cenário, como o aprofundamento dessa crise poderia ser evitado?

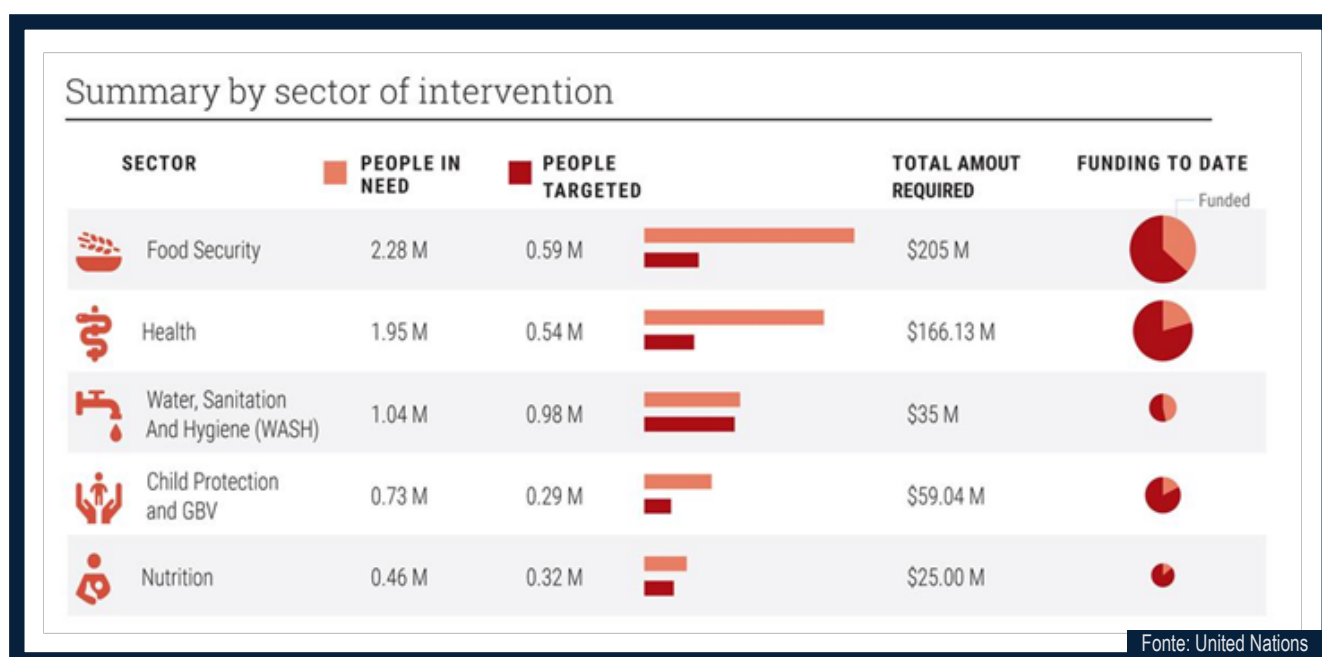
A falta de um presidente deixa o governo à deriva, já que sob o sistema libanês, este cargo deve aprovar qualquer novo gabinete que se forme. O vácuo de poder marca uma nova fase na crise que atingiu o Líbano desde que seu sistema financeiro entrou em colapso em 2019, empobrecendo a população, paralisando bancos e alimentando a maior onda de emigração desde a guerra civil de 1975-90.

Em vez de cooperar para chegar a um consenso,

os grupos políticos rivais frequentemente entram em conflito em questões-chave. O partidarismo pró ou contra o Hezbollah continua sendo a principal linha divisória na política libanesa. De um lado, seus apoiadores buscam um presidente que aceite o atual nível de influência do grupo no país e na segurança nacional. Do outro, estão aqueles que temem que mais um presidente desse tipo — já que Aoun era considerado voltado ao Hezbollah — forneça legitimidade para o arsenal privado de armas do partido, suas ambições regionais e a influência que o Irã detém por meio dele.

O caminho ideal para evitar uma crise mais profunda seria os grupos políticos do Líbano deixarem de lado seus interesses particulares e trabalharem em direção a um compromisso pragmático para sucessão presidencial, encaixando-se nas tradições dos arranjos políticos do país pós-guerra civil. Porém, dada a história recente e crise cíclica do Estado libanês, sabe-se que a resposta ao que deveria ser feito é simples, mas não simplista.

Ainda assim, é importante que as elites políticas cheguem a um compromisso o mais cedo possível. Do contrário, o dano causado por uma disputa prolongada pode ser sem precedentes.



Conflito Rússia-Ucrânia: o papel do fornecimento de água

Rafael Esteves Gomes

Após a explosão na ponte que liga a Rússia à Crimeia em outubro de 2022, Moscou tem promovido bombardeios à infraestrutura crítica ucraniana, principalmente às centrais energéticas e de fornecimento de água, alegando ser uma retaliação ao que foi considerado um ataque da Ucrânia contra a Rússia. Apesar da justificativa, os ataques anunciaram um novo posicionamento russo de negar o fornecimento de recursos essenciais à população ucraniana. Diante disso, como a questão do fornecimento de água tem sido utilizada como arma no conflito entre Kiev e Moscou?

Inicialmente, é necessário considerar que a Ucrânia utilizou a mesma estratégia contra a Crimeia, a partir de 2014. Após a anexação russa, Kiev cortou o fornecimento de água para a península, que corria do rio Dniepre por meio do Canal Norte da Crimeia, responsável por fornecer 85% da água utilizada na região. Esse cenário limitou o abastecimento da população, gerando custos adicionais a Moscou para garantir o seu fornecimento. Diante disso, considera-se que um dos grandes objetivos estratégicos da ocupação e subsequente anexação do oblast de Kherson pelos russos, após o início das operações militares em fevereiro de 2022, era reabrir o canal, o que foi feito nos primeiros meses de hostilidades.

Ao longo do conflito, a Rússia fez diversos ataques contra a infraestrutura ucraniana em todo o país, mas, desde outubro, ocorre um aumento da intensidade e na prioridade das centrais de fornecimento de recursos básicos, como a água. Entre as grandes razões para tal posicionamento, estão as contraofensivas ucranianas nos oblasts de Kharkiv e Kherson, que geraram uma grande pressão contra as tropas russas. Nesse sentido, destaca-se que os objetivos de Moscou com essa estratégia são a saturação da logística das tropas ucranianas, enfraquecendo os ataques contra as posições russas, e desestabilizando o regime de Kiev por meio da diminuição da moral da população e, conseqüentemente, gerando uma pressão pela paz.

Assim, conclui-se que o fornecimento de água é considerado um objetivo estratégico a ser garantido, mas também uma arma ofensiva. Ao longo das hostilidades, os russos passaram a priorizar o corte do fornecimento de água à população ucraniana, aumentando a pressão sobre Kiev, além de enfraquecer as forças ucranianas. Vale ressaltar, no entanto, que isso não é uma novidade desse momento do conflito russo-ucraniano, tendo sido o recurso utilizado nessa capacidade desde 2014.



“Prestige”: a ciberameaça russa às infraestruturas críticas europeias

José Gabriel Melo

Uma das principais características da guerra cibernética é que ela não respeita fronteiras. No conflito ucraniano, o maior em território europeu desde a Segunda Guerra, seu impacto é perceptível em diversas esferas que vão além do âmbito militar. Alguns dos alvos prioritários dos grupos associados à Rússia são os sistemas bancários e sites governamentais, por onde trafegam dados sensíveis de empresas e cidadãos, e as infraestruturas críticas, responsáveis pelo funcionamento de redes de energia elétrica, água e logística ucranianas. No entanto, devido à interconexão no ambiente digital, em muitas ocasiões, os efeitos desses ataques transbordam, comprometendo sistemas e prejudicando outros países da União Europeia. Nesse sentido, suscita-se o questionamento acerca das estratégias adotadas pelo bloco a fim de mitigá-los.

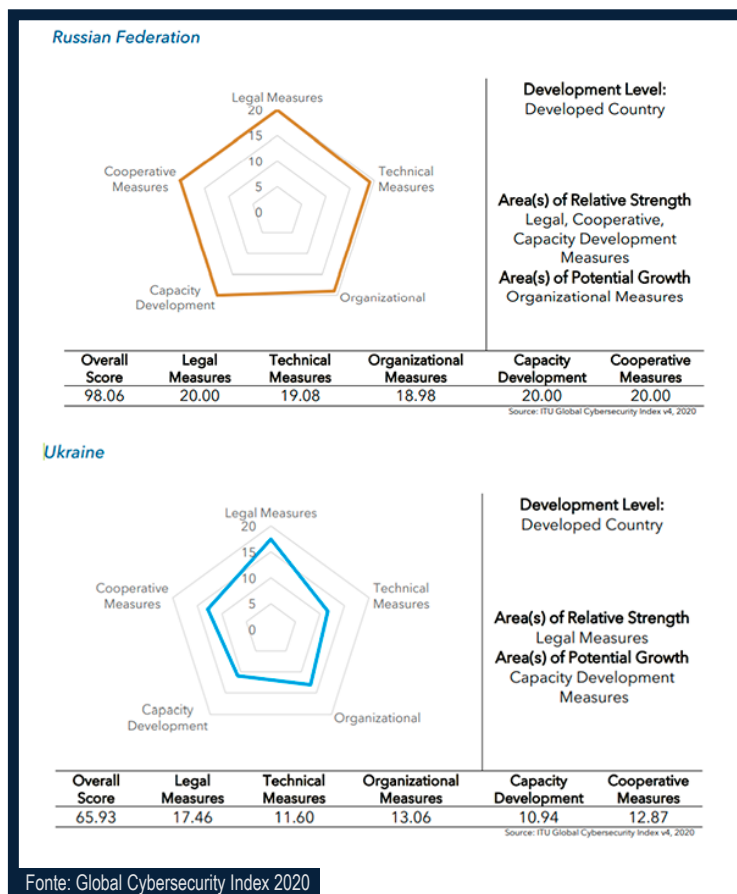
Partindo da perspectiva russa de que esse conflito é uma disputa por procuração com o Ocidente — representado pela OTAN e União Europeia —, é plausível assumir que países aliados de Kiev também se tornem alvos de ciberataques russos. A estratégia cibernética russa não distingue claramente os aspectos técnicos e cognitivos, lançando mão de operações ciberpsicológicas, cujo objetivo é o controle das narrativas por meio da difusão de propaganda, bem como das ciber-técnicas, que visam afetar os sistemas de informação e a

infraestrutura com ataques cibernéticos tradicionais.

Nesse contexto, segundo relatório do Centro de Inteligência de Ameaças da *Microsoft*, em meados de outubro, as redes de infraestrutura logística de transportes da Ucrânia e da Polônia — país-membro da OTAN — foram alvos de um ataque do *ransomware Prestige*, ligado ao Grupo *Sandworm*, cuja coordenação é atribuída ao serviço de inteligência militar russo. Com o intuito, de combater essa ameaça na origem, o governo alemão anunciou um pacote de cerca de US\$ 1 bilhão para dar suporte à resiliência cibernética de Kiev no orçamento de 2023, além de investigar e documentar os crimes de guerra cometidos por Moscou.

No entanto, é importante ter cautela na atribuição da responsabilidade pelos ataques, uma vez que esse é um dos principais desafios no contexto da guerra cibernética. Para Moscou, não seria estratégico envolver a OTAN diretamente no conflito, algo suscetível de acontecer a partir de um ataque cibernético ([Boletim 160](#)).

Portanto, a intensidade e sofisticação da vertente cibernética aumentaram consideravelmente, ainda que ela estivesse presente antes mesmo do início do conflito russo-ucraniano. Nesse sentido, os países europeus buscam investir na prevenção, resiliência e capacidade de resposta a tais incidentes.



O novo mandato de Xi Jinping e seu significado para a segurança e defesa da China

Filipe Porto

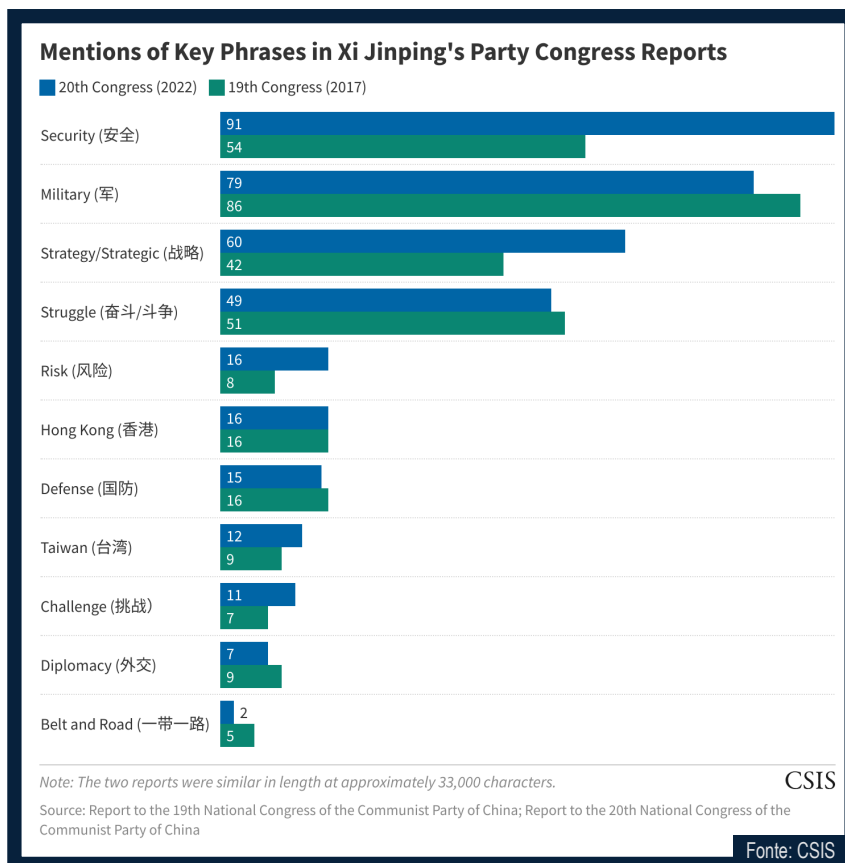
O 20º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCCh), concluído em outubro de 2022, teve como resultado importantes decisões sobre poder, lideranças políticas e prioridades nacionais da China. Xi Jinping garantiu seu terceiro mandato como Secretário-Geral do PCCh, ressaltando que o país entrou em um período de “oportunidades estratégicas, riscos e desafios”, e que todos devem estar “preparados para lidar com os piores cenários”. Para isso contará com aliados políticos próximos no Politburo. Diante do exposto, o que pode-se esperar em matéria de segurança e defesa?

Em primeiro lugar, uma maior importância em torno do desenvolvimento do Exército de Libertação Popular (ELP). Treze dos vinte e quatro oficiais que ingressaram no Politburo não apenas detêm fortes laços pessoais com Xi Jinping, mas também conhecimento técnico e experiência nos setores de defesa, tecnologias avançadas, segurança e poder militar. As nomeações vão de encontro com as metas definidas pelo PCCh para o centenário do ELP, em 2027, nomeadamente "completar a modernização da defesa nacional e das forças armadas até 2035" e a transformação do ELP em uma "força de classe mundial".

Outra questão relativa às nomeações é Taiwan.

Quinze dos novos oficiais do Politburo possuem relações próximas com Taipei, comerciais e políticas, até o comando do Teatro Oriental do ELP, que tem como foco as atividades militares no Estreito. Ressalta-se que durante o evento também foi aprovada uma Emenda Constitucional sobre a reunificação da ilha ao continente. Revisões constitucionais no âmbito dos congressos do PCCh indicam o direcionamento político futuro de Pequim, pois transformam os objetivos do partido em políticas e estratégias de Estado. Isso significa uma possível escalada das tensões no Estreito.

Por fim, houve a promoção de Chen Wenqing ao Politburo, conhecido por ser uma das maiores referências em espionagem da China. Chen serviu como líder do órgão de inteligência responsável pelo sucesso da campanha contra a corrupção no país, que expurgou diversos oponentes políticos de Xi Jinping da órbita do PCCh. A nomeação sugere o avanço no uso de mecanismos de vigilância e controle da sociedade e, principalmente, da elite política do PCCh. Se, por um lado, o principal objetivo do partido é a garantia do regime político chinês, por outro, a maior ênfase em defesa e segurança reforça a atenção da China para as ameaças externas.



Aliança nipo-australiana: estreitamento de laços em um ambiente volátil

Thomas Dias Placido

Com a região do Indo-Pacífico cada vez mais instável, o governo nipônico vem renovando alianças com diversos parceiros regionais. Assim, no último dia 22 de outubro, o Primeiro-Ministro do Japão, Fumio Kishida, e seu contraparte australiano, Anthony Albanese, assinaram uma nova versão da Declaração Conjunta para a Cooperação em Segurança buscando um alinhamento mais robusto na área de defesa e segurança energética. Sabe-se que o documento revisado tem um peso significativo no posicionamento estratégico entre as duas nações, ambas interessadas em manter a estabilidade no complexo regional asiático em resposta às crescentes tensões com a China. Nesse sentido, o presente artigo visa entender quais as causas e os possíveis desdobramentos do novo acordo para a relação entre Tóquio e Canberra.

Em um primeiro momento, a versão renova os termos da declaração de cooperação militar firmada em 2007 pelos ex-Primeiros-Ministros, Shinzo Abe e John Howard. Apesar de não citar explicitamente seus vizinhos chineses, depreende-se que o acordo demonstra a preocupação entre Japão e Austrália em responder à militarização da China em regiões como o Estreito de Taiwan e do Mar do Sul da China, por onde circulam 42% do comércio marítimo nipônico anual, e manter uma instância firme sobre seus interesses comuns em uma nova conjuntura geopolítica. Os dois países

compartilham a visão do “Indo-Pacífico Livre e Aberto” e dependem das Linhas de Comunicação Marítimas de regiões adjacentes quando se trata do fluxo de abastecimento energético.

Em essência, o documento não é vinculante e nem um tratado de segurança formal. Todavia, destaca-se que o pacto definiu o contorno da cooperação bilateral em consonância com a Parceria Estratégica Especial estabelecida em 2014, bem como o Acordo de Acesso Recíproco assinado em janeiro deste ano. Assim, a declaração reforça o comprometimento das Forças de Defesa Australianas e as Forças de Autodefesa do Japão em matéria de inteligência e logística militar, ao passo que alinha suas ambições com outras alianças regionais, como o Diálogo de Segurança Quadrilateral e o pacto trilateral de segurança entre a Austrália, Estados Unidos e o Reino Unido (AUKUS).

Apesar do ineditismo da “*quasi-alliance*” — o Japão possui laços similares apenas com os Estados Unidos — ainda é difícil dizer se o pacto será elevado a uma aliança formal no futuro, principalmente considerando-se uma possível deterioração das relações sino-australianas e a própria restrição militar nipônica estabelecida pela Constituição pacifista. Entretanto, deve-se esperar um contínuo aprofundamento dos laços de segurança regional.



DOI 10.21544/2446-7014.n173.p13.

A cooperação marítima entre Paquistão e China no Oceano Índico

Gabriela Santos

Nas últimas duas décadas, o Paquistão e a China têm cultivado sua relação de “aliados para todos os climas” por meio de cooperações estratégicas em diversas frentes. Diante das entregas de fragatas, encomendas de submarinos, exercícios navais bilaterais e construção de portos, a cooperação marítima entre os dois países levanta questões não apenas acerca da modernização das capacidades operacionais marítimas paquistanesas, mas também sobre o avanço da influência chinesa no Oceano Índico e o impacto na balança de poderes neste espaço de crescente contestação.

Superar as lacunas tecnológicas das forças navais do Paquistão é um passo crucial no projeto de consolidação da defesa do país. Embora a sua Marinha recorra, há muito tempo, ao Reino Unido e aos Estados Unidos para importações de tecnologia militar, os recentes movimentos geopolíticos da região abrem caminho para uma cooperação de segurança mais estreita e mutuamente benéfica entre Islamabad e Pequim, buscando expandir sua esfera de influência no Indo-Pacífico. Nesse sentido, a China oferece plataformas de defesa modernas a serem introduzidas na Marinha paquistanesa, enquanto o Paquistão ajuda a avançar os interesses regionais chineses.

Por não compartilhar nenhuma fronteira com o Oceano Índico, a China adotou diferentes medidas para

promover seus objetivos na região. Pequim já detém a concessão até 2057 do porto de Gwadar, na província do Baluchistão, o que não só beneficia seus interesses comerciais em consonância com o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, na sigla em inglês), como também impulsiona seus objetivos geoestratégicos por projetá-lo próximo ao Estreito de Ormuz e do Golfo Pérsico, fornecendo acesso ao Mar Árabe. Ademais, ter uma Marinha paquistanesa forte e modernizada como aliada pode ser um bom presságio para a estratégia chinesa de expansão no Índico, dados os desafios de segurança que a China pode enfrentar.

Embora tal cooperação tenha alguns reveses, pode representar uma contramedida à liderança de outras potências no Oceano Índico. A expansão do envolvimento chinês na região contraria os esforços estratégicos ocidentais, em especial estadunidenses, que em muito respaldam a influência e liderança da Índia na região. Similarmente, Islamabad é levada a assumir um papel cada vez maior nos assuntos de segurança regional. É evidente, por fim, que os desafios crescentes e multidirecionais no domínio marítimo apresentam grandes oportunidades para o Paquistão e a China alcançarem seus objetivos político-estratégicos na região.



ASEAN: Cooperação e Segurança Marítima

Gabriela Veloso

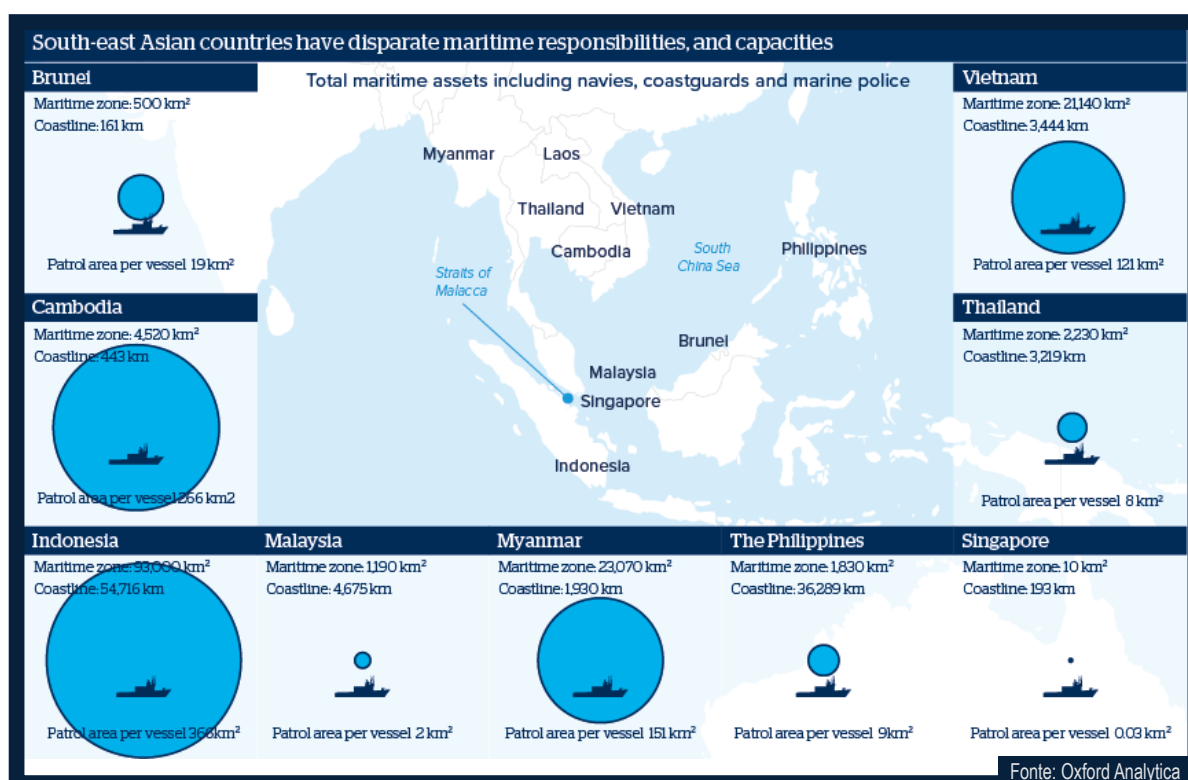
Por serem naturalmente marítimos, os Estados do Sudeste Asiático, possuem questões de segurança nesse setor cada vez mais importantes, principalmente devido ao alto fluxo de bens e pessoas que perpassam a região diariamente. Frente a um ambiente geopolítico mundial relativamente instável, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) possui um importante papel na busca por garantir maior cooperação e segurança entre os países e suas zonas navegáveis, visando ao contínuo crescimento econômico. Entretanto, é importante questionar se o que está sendo feito pela Associação nestes termos é o suficiente.

Ao longo de seus mais de 50 anos, a ASEAN buscou se tornar um ponto base para a arquitetura de segurança do Indo-Pacífico, por meio da promoção de acordos, tratados e exercícios multilaterais. Os riscos enfrentados pelos países da Associação são constantes e diversos, tendo casos de pirataria, roubo armado, terrorismo e invasões territoriais. Ainda que haja uma cooperação regional chancelada pela ASEAN com propósito de coibir tais práticas, no primeiro semestre de 2022, apenas no Estreito de Cingapura, por exemplo, aconteceram mais de 41 incidentes. Este é um indicador de que o Bloco precisa pensar em medidas mais efetivas.

Um dos principais desafios ao enfrentamento dessas questões é que os riscos são tratados pela ASEAN de

maneira ampla e generalista, o que acaba oferecendo obstáculos à elaboração de estratégias cooperativas de combate à insegurança marítima. Durante a recente cúpula da Associação, um dos pontos destacados nos debates entre especialistas foi a lentidão para realizar mudanças nas ações do Bloco. Pondera-se uma reavaliação dos princípios basilares da organização desde a sua fundação, como a cláusula de não-intervenção — criada para que os Estados-membros não interfiram nos assuntos internos de seus contrapartes —, objetivando, assim, possibilitar maior efetividade nas ações e decisões do Bloco.

Fronteiras marítimas já são naturalmente mais porosas e, no Sudeste Asiático, esse quadro se intensifica ainda mais, tanto pela geografia local, que conta com diversas ilhas e pequenos territórios ao longo dos Oceanos, quanto pelas recorrentes e intensificadas disputas no Mar do Sul da China, além das crescentes tensões sino-estadunidenses que marcam a região. Neste cada vez mais complexo cenário, é fundamental que os Estados do Sudeste Asiático, por meio também da ASEAN, cooperem para reforçar a segurança de suas fronteiras marítimas, não apenas em meios navais, mas também em capacidade de gestão e respostas eficazes às constantes ameaças e desafios.



Cooperação entre argentinos e chineses: a busca pela Antártica

Jayanne Soares

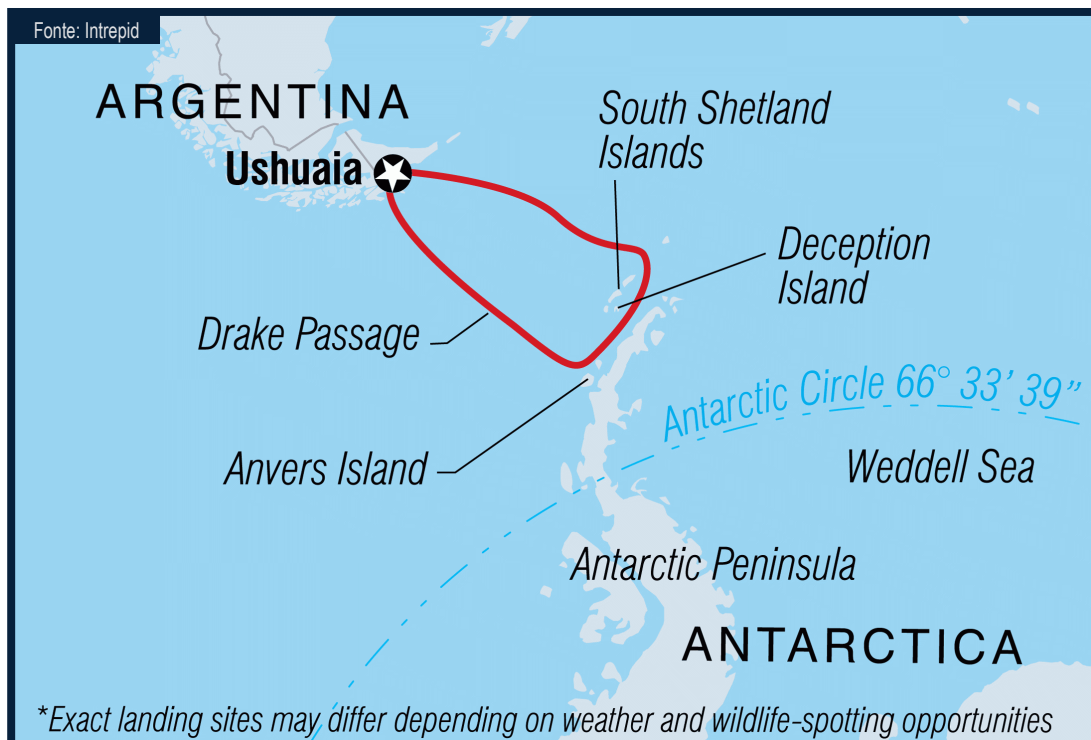
Nos últimos meses, o governador da província Argentina Tierra del Fuego, Gustavo Mellela, anunciou o fortalecimento dos laços comerciais e de cooperação com a China por meio das estatais *Power China* e sua subsidiária *HydroChina Corporation*. No entanto, alguns países vêm observando essa aproximação com desconfiança, apontando que a China estaria pressionando pela construção de bases navais em províncias argentinas, além de buscar controlar espaços mais próximos ao continente antártico. Assim, considerando esse cenário, como a aproximação entre Argentina e China pode contribuir com os interesses das duas nações na Antártica?

Do ponto de vista logístico, portos modernizados neste local facilitariam o acesso e o transporte de mercadorias entre os Oceanos Atlântico e Pacífico. Um porto também possui a finalidade de impulsionar o desenvolvimento econômico de uma região, principalmente através do escoamento de bens, mercadorias e pessoas. Do ponto de vista estratégico-militar, uma base naval em Ushuaia teria um objetivo claro: o fortalecimento dos interesses econômicos, científicos e militares na Antártica. Este continente é praticamente inexplorado, contudo, sabe-se que a região possui recursos energéticos como gás natural e petróleo; suas fauna e flora são de extrema relevância às pesquisas científicas e a geologia oferece condições únicas para

observação espacial. Assim como em Punta Arenas, no Chile, a Argentina planeja construir em Ushuaia pólos modernos que facilitem e forneçam subsídios para a busca de seus interesses nacionais frente aos seus rivais chilenos e ingleses, que historicamente disputam a mesma fração da Antártica.

O objetivo da China é fortalecer sua defesa nacional buscando segurança e desenvolvimento. O sexto continente, com toda a sua importância, se mostra estratégico para seus interesses e, por meio dos inúmeros projetos de infraestrutura, reforça sua presença na região. O Plano Quinquenal Chinês para 2021-2025 apresentou a Iniciativa da Rota da Seda Polar como uma prioridade estratégica do país ([Boletim 166](#)). Até então, a *Belt and Road Initiative* se concentrava em investimentos de infraestrutura e transporte terrestres e marítimos; agora, passou a incluir regiões estratégicas que aproximam os chineses da Antártica.

A construção e modernização de portos com investimentos chineses são interessantes para alavancar o desenvolvimento da Tierra del Fuego. Para a China, obter outras possibilidades de acesso àquela região é uma oportunidade de ampliar sua projeção na Antártica e se posicionar na vanguarda para reivindicar a soberania em suas áreas de influência. Se esse cenário trará desentendimentos para as relações sino-argentinas, ou desequilíbrio geopolítico regional, o tempo dirá.



Testes de mineração em águas internacionais são conduzidos durante negociações na ISA*Victor Gaspar Filho*

A empresa *Nauru Ocean Resources Inc.* (NORI) concluiu o primeiro teste de mineração *offshore* em grande escala na Zona Clarion Clipperton (CCZ, em inglês), no Oceano Pacífico, neste novembro. Subsidiária da canadense *The Metals Company*, a NORI coletou 4,5t de nódulos polimetálicos, das quais 3t passaram por um duto vertical de 4,3km para uma embarcação da suíça *Allseas*. O teste produziu 86,4t/h com o coletor de nódulos utilizado no leito, esperando alcançar uma média de 20t/h quando operando comercialmente. Veículos não-tripulados foram utilizados para monitoramento e coleta de amostras das plumas sedimentares. Testes posteriores serão realizados para avaliar o estado do leito, comparando-o com dados anteriores à extração dos nódulos.

Os relatórios serão fornecidos por Nauru à Autoridade Internacional para os Fundos Oceânicos (ISA, sigla em inglês), para que a empresa possa pleitear o início da atividade em escala comercial em 2024. Dados obtidos serão divulgados apenas voluntariamente em artigos científicos publicados por membros da equipe, buscando colaborar para a promoção do conhecimento sobre a atividade e a CCZ. A localidade é palco de 17 das 19 licenças de exploração de nódulos emitidas pela ISA e, ao contrário da exploração, possui caráter científico, e não comercial.

Enquanto a NORI planeja produzir 1,3 milhão de toneladas de nódulos polimetálicos ao ano a partir de 2024, a ISA ainda não concluiu o Código de Mineração para Águas Internacionais. Em função de uma cláusula existente no Acordo de Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, uma requisição feita pelo governo de Nauru em 2021 iniciou um período de dois anos após os quais a instituição deverá avaliar o pleito de exploração a ser submetido, independente da conclusão do Código. Com isso, a última reunião do Conselho da Autoridade em 2022 ocorreu em novembro, buscando finalizar a redação no prazo estipulado. Entretanto, variadas pautas carecem de conclusão, como o regime de partilha dos *royalties* e medidas de preservação ambiental.

Apesar do avanço das negociações para atender ao acionamento da cláusula dos dois anos, é provável que a regulação não seja concluída até a data estipulada. Desta forma, diferentes Estados, incluindo aqueles com licenças de exploração emitidas pela ISA (como Alemanha e França), pressionam para a implementação de uma moratória até que se julgue esta atividade como ambientalmente segura. A medida seria uma maneira de contornar os prováveis impactos socioambientais, evitando a expansão dos danos provocados pela ação humana para esse novo ambiente.

DOI 10.21544/2446-7014.n173.p18.

- ▶ [Are we really prisoners of geography?](#)
THE GUARDIAN, Benedetto Cristofani
- ▶ [Why AUKUS should really become JAUKUS](#)
FINANCIAL REVIEW, Michael Auslin
- ▶ [Why Ukraine's Remarkable Attack On Sevastopol Will Go Down In History](#)
NAVAL NEWS, H I Sutton
- ▶ [Why American Power Endures](#)
FOREIGN AFFAIRS, G. John Ikenberry
- ▶ [Germany must overhaul its national security strategy, interior minister says](#)
POLITICO, Gabriel Rinaldi

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Maria Eduarda Parracho e Taynah Pires

NOVEMBRO

Principais eventos de 23 a 30 de novembro

23-25



ÍNDIA
DIÁLOGO REGIONAL DO
INDO-PACÍFICO

28



ESTÔNIA
INÍCIO DO EXERCÍCIO
CYBER COALITION 2022
DA OTAN

29-02



CHILE
EXPONAVAL 2022

30



ALEMANHA
REUNIÃO DO BANCO
CENTRAL EUROPEU

DEZEMBRO


Principais eventos de 01 a 07 de dezembro

01



JAPÃO
FÓRUM DE
INVESTIMENTOS PARA
A ÁSIA CENTRAL

05-08



SUÍÇA
1º SESSÃO DO
FÓRUM DOS POVOS
DESCENDENTES
AFRICANOS

06



ALBÂNIA
UE - WESTERN BALKAN
SUMMIT

07



CANADÁ
INÍCIO DA 3ª SESSÃO
DA CONFERÊNCIA DE
BIODIVERSIDADE - COP 15

REFERÊNCIAS

- **“Paz Total”: possível solução para a instabilidade securitária colombiana**
ANSELMA, Adriaan. [Colombia's congress gives green light to Petro's "Total Peace" policy](#). *Colombia Reports*, 27 out. 2022. Acesso em: 04 nov. 2022.
[Colombia y ELN relanzan diálogos de paz desde Caracas](#). *DW*, 04 out. 2022. Acesso em: 04 nov. 2022.
- **Pesca ilegal: novo cenário da rivalidade estadunidense e chinesa**
GOODMAN, Joshua. [The real squid game: The U.S. Coast Guard is clashing with Chinese fishing fleets on the Pacific shores of Latin America](#). *Fortune*, 01 nov. 2022. Acesso em: 15 nov. 2022.
[US tries to throw dirty water on China hyping 'illegal fishing'](#). *Global Times*, 03 nov. 2022. Acesso em: 15 nov. 2022.
- **A presença chinesa no Golfo da Guiné**
AMUSAN, Tola. [What Nigeria Can Teach Us About China's Belt and Road](#). *The Diplomat*, 10 nov. 2022. Acesso em: 15 nov. 2022.
[\(In\) Roads and Outposts: Critical Infrastructure in China's Africa Strategy](#). *The National Bureau of Asian Research*, mai. 2022. Acesso em: 15 nov. 2022.
- **Primeiro Mali, agora Burkina Faso: os novos aliados da Rússia na África**
[Coup Might Pave Way For Wagner In Burkina Faso](#). *Africa Defense Forum*, 01 nov. 2022. Acesso em: 04 nov. 2022.
GOLDHUB. [Global mine production](#). 9 jun. 2022. Acesso em: 04 nov. 2022.
- **A Europa está preparada para a ameaça dos mísseis hipersônicos?**
[Hypersonic Missiles: Evolution Or Revolution?](#) *Naval News*, 01 nov. 2022. Acesso em: 19 nov. 2022.
MACHI, Vivienne. [Spanish, German companies start work on hypersonic missile interceptor](#). *Defense News*, 05 set. 2022. Acesso em: 19 nov. 2022.
- **A falência do Estado libanês**
KHASHAN, Hilal. Lebanon: [The Death of a Country](#). *Geopolitical Futures*, 03 nov. 2022. Acesso em: 12 de nov. 2022.
[Analysis: Power vacuum adds to risks for crisis-hit Lebanon](#). *Reuters*, 09 nov. 2022. Acesso em: 12 nov. 2022.
- **Conflito Rússia-Ucrânia: o papel do fornecimento de água**
LANDAY, Jonathan. [How water has been weaponised in Ukraine](#). *Reuters*, 23 out. 2022. Acesso em: 16 nov. 2022.
MILLER, Michael E. [Why Putin will fight for Kherson: Fresh water and land bridge to Crimea](#). *The Washington Post*, 03 nov. 2022. Acesso em: 16 nov. 2022.
- **“Prestige”: a ciberameaça russa às infraestruturas críticas europeias**
[Germany allocates extra 1 bln euros to Ukraine cyber-defence, documenting war crimes](#). *Reuters*, 11 nov. 2022. Acesso em: 12 nov. 2022.
[New “Prestige” ransomware impacts organizations in Ukraine and Poland](#). *Microsoft Threat Intelligence Center*, 14 out. 2022. Acesso em: 12 nov. 2022.
- **O novo mandato de Xi Jinping e seu significado para a segurança e defesa da China**
[Full text of the report to the 20th National Congress of the Communist Party of China](#). *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*, 25 out. 2022. Acesso em: 17 nov. 2022.
- **Aliança nipo-australiana: estreitamento de laços em um ambiente volátil**
ASHLEY, Ryan. [The New Japan-Australia Security Agreement](#). *Foreign Policy Research Institute*, 02 nov. 2022. Acesso em: 05 nov. 2022.
WALTON, David; AKIMOTO, Daisuke. [What's New in Australia and Japan's Updated Joint Declaration of Security Cooperation?](#) *The Diplomat*, 25 out. 2022. Acesso em: 29 out. 2022.
- **A cooperação marítima entre Paquistão e China no Oceano Índico**
FAZL-E-HAIDER, Syed. [China Increases Support for Pakistan's Naval Modernization with an Eye on the Indian Ocean](#). *The JamesTown Foundation*, 03 nov. 2022. Acesso em: 18 nov. 2022.
HURST, Cindy. [China Advancing Cooperation With Pakistan's Navy in the Indian Ocean](#). *OE Watch Articles*, n. 8, 2022. Acesso em: 18 nov. 2022.
- **ASEAN: Cooperação e Segurança Marítima**
CHAKRABORTY, Ranamita. [ASEAN states lead in regional maritime security cooperation, but more needs to be done, say experts](#). *GovInsider*, 10 out. 2022. Acesso em: 04 out. 2022.
LONG, Tran Hoang. HIEP, Tran Xuan. BINH, Nguyen Tuan. [Segurança Marítima na Região do Indo-Pacífico: Uma Perspectiva geoestratégica do Estreito de Malacca](#). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.11, n.21, jan-jun. 2022. Acesso em: 04 out. 2022.
- **Cooperação entre argentinos e chineses: a busca pela Antártica**
[China presiona a la Argentina para construir una base naval en Ushuaia, una zona estratégica por la Antártida](#). *TodoNoticias*, 04 nov. 2022. Acesso em: 18 nov. 2022.
SIMÕES, Stefany Lucchesi. [A questão territorial Antártica: uma análise das teorias de ocupação](#). *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 14, n.1, 2014. Acesso em: 18 nov. 2022.
- **Testes de mineração em águas internacionais são conduzidos durante negociações na ISA**
[ISA Council closes Part III of its meetings and concludes its 27th session](#). *International Seabed Authority*, 14 nov. 2022. Acesso em: 18 nov. 2022.
[NORI and Allseas Lift Over 3,000 Tonnes of Polymetallic Nodules to Surface from Planet's Largest Deposit of Battery Metals, as Leading Scientists and Marine Experts Continue Gathering Environmental Data](#). *The Metals Company*, 14 nov. 2022. Acesso em: 18 nov. 2022.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio

risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- AFEGANISTÃO - Crise estrutural: [19 people lashed in northeastern Afghanistan, official says](#). **NBC News**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.
- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Conflito em Nagorno-Karabakh: [Armenia Reports Fresh Shooting Along Azerbaijani Border](#). **Rferl**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.
- BELARUS - Tensão regional: [Lithuania asks NATO to pay more attention to Belarus factor in war - Nauséda](#). **Ukrinform**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.
- BURKINA FASO - Instabilidade Sociopolítica: [Burkina Faso: la France n'écarter pas un départ de ses forces spéciales](#). **Le Journal de l'Afrique**, 20 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.
- HAITI - Crise estrutural e instabilidade política: [Canada sanctions Haiti ex-President Martelly for financing gangs](#). **Reuters**, 20 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.
- IÊMEN - Crise humanitária: [Saudi-led coalition continues its seven-year blockade of Yemen](#). **Peoples Dispatch**, 16 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Can a new president save Lebanon?](#). **The Hill**, 20 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.
- MALI - Conflitos internos e tensões regionais: [Germany Considers Troop Withdrawal From Mali Citing Restrictions](#). **Bloomberg**, 20 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.
- MIANMAR - Golpe militar: [Myanmar's political crisis will deprive people of opportunities for human resource development, says King Norodom Sihamoni](#). **Khmer Times**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.
- MOÇAMBIQUE - Conflito entre governo e forças insurgentes: [SADC ExecSec experiences SAMIM terrorist pursuit](#). **DefenceWeb**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.
- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Conflitos internos: [President Ruto: EAC troops to enforce peace in Congo](#). **The East African**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito Militar: [Ukraine war: Hope returns to Kherson after Russian forces leave](#). **BBC**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.
- SÍRIA - Insegurança regional: [Rocket strikes from Syria kill at least two people in Turkey, governor says](#). **Alarabiya News**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• SOMÁLIA - Crise eleitoral e humanitária: [Ambassador Mohammed El-Amine Souef arrives in Somalia to take up duties as the SRCC and Head of the African Union Transition Mission in Somalia](#). **Horn Observer**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• SRI LANKA - Crise estrutural: [Sri Lanka Needs More Reforms to Turn the Page on the Rajapaksa Era](#). **WPR**, 17 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

► MÉDIO RISCO:

• ETIÓPIA - Conflito entre governo e forças insurgentes e acordo de paz: [Ethiopie: l'aide humanitaire arrive dans la région du Tigré](#). **Africanews**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• IRAQUE - Crise política: [Iran attacks positions in northern Iraq targeting Kurdish groups](#). **Al Jazeera**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• LÍBIA - Crise estrutural e tensão eleitoral: [Libya: risk of partition with the delay of the elections - UN](#). **Africanews**, 16 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• SUDÃO - Golpe de Estado e conflito fronteiriço: [Opposition parties criticise upcoming FFC agreement with Sudan junta](#). **Dabanga**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• VENEZUELA - Crise estrutural: [Un grupo de la sociedad civil venezolana creó un comité para impulsar la unidad de la oposición en las presidenciales de 2024](#). **Infobae**, 17 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

► EM MONITORAMENTO:

• COLÔMBIA/PANAMÁ - Crise Migratória: [Alrededor de 32.500 niños han cruzado el Tapón del Darién hacia Estados Unidos este año, marcando un récord](#). **Noticias ONU**, 19 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• COREIA DO NORTE - Teste de mísseis: [G7 Calls for 'Significant' UN Response to North Korea Missile Launches](#). **VOA News**, 20 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [Gang leaders arrested in El Salvador](#). **Prensa Latina**, 18 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• EQUADOR - Instabilidade sociopolítica: [Authorities: 10 inmates killed in Ecuador prison riot](#). **Associated Press**, 18 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• EUROPA OCIDENTAL - Tensões com a Rússia e crise energética: [Europe rushes to fill up on Russian diesel before ban begins](#). **Arab News**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• GOLFO DA GUINÉ - Insegurança marítima conjuntural: [Nigerian Navy Uses Antipiracy Law to Charge Crew of the Heroic Iduu](#). **The Maritime Executive**, 15 nov. 2022. Acesso em: 16 nov. 2022.

• IRÃ - Protestos contra o governo: ['Little readiness for general strikes': Iranians put jobs before pro-democracy protests](#). **Financial Times**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• MAR DA CHINA ORIENTAL - Tensões regionais: [Japan, China to hold talks: Dispute over Senkaku Islands on cards](#). **WION**, 17 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [China accused of seizing rocket debris from Philippines navy in South China Sea dispute](#). **The Guardian**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• NICARÁGUA - Crise política: [Dictadura acusa por 'traición a la patria' a asesores de la magistrada Alba Luz Ramos, presidenta de la CSJ](#). **La prensa**, 20 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

• NIGÉRIA - Conflitos internos: [Suspected Jihadis Kill Troops, Civilians in Nigeria](#). **VOA News**, 20 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.

- PAQUISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Pakistan reopens border with Afghanistan shut over shooting](#). **Associated Press**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022
- PERU - Instabilidade sociopolítica: [Peru's food crisis grows amid soaring prices and poverty: FAO](#). **UN News**, 17 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.
- TAIWAN - Embate China-EUA: [South Korea, Taiwan affected by growing U.S.-China high-tech tensions](#). **Nikkei Asia**, 21 nov. 2022. Acesso em: 21 nov. 2022.